

A reforma política

Josaphat Marinho

A crise financeira, por sua profundidade e extensão, absorveu compreensivelmente os comentários gerais. Por isso passou sem realce maior o compromisso da Comissão de Constituição e Justiça do Senado envolvendo os partidos, no sentido de serem reapresentados os projetos sobre a reforma política, logo no início da nova legislatura. Não houve adesão ao conteúdo dos projetos, mas a garantia de restituí-los ao debate regular, visto que não aprovados na legislatura que se encerrava. Nem seria prudente aceitá-lo sem o devido exame na comissão e no plenário do Senado. A aquiescência comum assegura, eticamente, a retomada de discussão da matéria.

Mesmo que não ocorresse essa circunstância, seria natural que a reforma fosse recolocada no plano dos assuntos prioritários. Assim sempre considerada, embora não tratada, agora assume relevo diante da crise na ordem das finanças. Trata-se, claramente, de um conjunto de problemas: sistema eleitoral, fidelidade partidária, natureza do voto, se obrigatório ou facultativo, segundo turno, imunidade parlamentar e outros aspectos do processo político. Sem embargo de apreciação simultânea ou sucessiva de tais questões, conquista

preeminência a posição dos partidos políticos. Afinal, são essas organizações que devem emprestar ou transmitir maior ou menor significado efetivo ou prático a todos os instrumentos e mecanismos da atividade política.

A crise desta hora no plano financeiro convoca à reflexão sobre a necessidade e revisão do quadro partidário. Agravadas intensamente as dificuldades para o país, atingindo a economia e ameaçando a aceleração dos preços, é evidente que foi abalada a autoridade do governo. Revelou-se manifesta falta de crença da população na palavra dos órgãos oficiais, mesmo quando originária dos mais altos titulares. Generaliza-se o medo, ainda quando são anunciadas medidas oficiais para impedir ou cercear especulação ou outros atos prejudiciais ao interesse coletivo. Enfim: sacudindo o prestígio do governo, observado o retraimento das classes produtoras e trabalhadoras, não há organização nacional que projete influência no exame e na solução da crise.

Essa tarefa deveria caber aos partidos políticos. Como órgãos destinados a dar forma e sentido à vida política e eleitoral e a orientar a opinião pública, aos partidos cumpriria o grave encargo de analisar sóbria e profundamente a

crise. Nessa análise investigariam as causas da turbulência, a responsabilidade do governo, e formulariam as sugestões que lhes parecessem adequadas. As próprias críticas valeriam como elementos para superação dos desajustes apurados. Mesmo a solidariedade porventura devida ao governo não deve resumir-se a declaração formal, mas traduzir-se em propostas objetivas, consubstanciadoras das mudanças necessárias.

Em verdade, os atuais partidos não se mostram estruturados para o exercício dessa missão superior, conquanto haja diferença entre alguns deles. Diante do abalo sísmico, não o examinaram pública e seriamente. Houve manifestações de grupos ou individuais, que, mesmo valiosas, não exprimiram o sentimento comum das instituições partidárias. Inseguro o governo, a coletividade não encontrou arrimo para julgamento fundado da situação. Ficou perplexa, desarmada de dados idôneos para apreciação do extenso tremor financeiro. Em realidade assim continua, por falta de reflexão provida de fonte institucional interna habilitada. O FMI é que chegou para combinar estratégia contra a crise. Decerto a deficiência dos partidos não é pecu-

liar ao Brasil. Ignacio Ramonet, em artigo no *Le Monde Diplomatique* deste mês, assinala que, apesar de serem "mais necessários que nunca, os contrapoderes (partidos, sindicatos, imprensa livre) estão pouco operantes".

A crise brasileira, porém, exige que os partidos sejam profundamente renovados, na sua estrutura e no seu funcionamento. Precisam de organização firme, de deliberações efetivamente coletivas, de atuação constante e fiel a seus programas. Impõe-se que deixem de ser agências eleitorais apenas e se tornem instrumentos permanentes de defesa de teses, de soluções orgânicas e não de parcialidades. Somente assim o cidadão e a população em conjunto passarão a lhes conferir a credibilidade necessária. Somente assim os moços poderão encontrar condições de abandonar a indiferença política, para militar nos partidos criados ou influir na formação de outros. A fidelidade partidária é consequência, e não pressuposto, dessa revisão. A crise presente retrata com intensidade o desajustamento dos partidos e reclama a correção de interesse geral.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia